



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

06 de Agosto 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 06/08/2014
Assunto: PNE		Página: Online



RECÉM-APROVADO, PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO TRAZ OTIMISMO E DÚVIDA

Ponto mais festejado do plano é o que prevê que o governo federal, os estados e os municípios terão de aplicar juntos 10% do PIB em Educação a partir de 2024

Fonte: Jornal do Senado (DF)

Os adolescentes brasileiros são um fiasco na escola. Na última edição do Pisa (exame que mede o conhecimento de alunos de 15 e 16 anos), o Brasil ocupou o 59º lugar em ciências, o 58º em matemática e o 55º em leitura, entre 65 países. Dos adultos, segundo o IBGE, em torno de 9% não sabem ler nem escrever. Há estados onde o índice passa dos 20%.

A título de comparação, o analfabetismo na Argentina e no Chile fica na casa dos 2%. No ranking mundial de universidades elaborado pela consultoria britânica QS, só uma brasileira (a Universidade de São Paulo) figura entre as 200 melhores, ante seis da Coreia do Sul e cinco da ilha de Hong Kong.

Entre tantos números ruins, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) surge como uma esperança. Trata-se de uma lei com 20 metas concretas que terão de ser atingidas ao cabo de uma década, até 2024. O trabalho precisa ser dividido entre o governo federal, os estados e os municípios.

O PNE mexe em toda a educação nacional, da creche à pós-graduação, e chega a afetar até a rede privada. Sendo seguido à risca, 25% dos alunos das escolas públicas terão aulas em tempo integral (durante dois turnos), 50% das crianças de 3 anos frequentarão a creche, 50% dos professores da educação básica serão pós-graduados e 100% dos adultos estarão alfabetizados, para citar apenas alguns exemplos.

Fatia do PIB

O PNE (Lei 13.005/2014) foi assinado pela presidente Dilma Rousseff em junho. Poucas leis foram tão intensamente discutidas. O governo ouviu as sugestões da sociedade, elaborou o anteprojeto e, no final de 2010, o remeteu ao Congresso Nacional. Os senadores e os deputados passaram mais de três anos debatendo nas comissões, ouvindo especialistas em audiências públicas, fazendo negociações e propondo mudanças no projeto de lei.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

De maneira geral, o PNE agradou aos ativistas da educação. O ponto mais festejado do plano decenal é o que prevê que o governo federal, os estados e os municípios terão de aplicar juntos em educação, anualmente, 10% do produto interno bruto (PIB) a partir de 2024. Hoje, são 5,3% — ou 6,4%, se forem incluídos os aportes oficiais ao ensino privado. Para evitar que os governantes adiem essa providência e deixem tudo a cargo dos mandatários de 2024, o PNE prevê uma meta intermediária, de 7% do PIB, a ser atingida em 2019.

— Debate-se muito se o problema da educação pública é falta de dinheiro ou má gestão. É claro que existem problemas graves de gestão, mas também é verdade que os recursos financeiros são insuficientes. Os 10% do PIB são a meta decisiva do PNE. É ela que permitirá o cumprimento de todas as outras 19 metas — explica o consultor legislativo do Senado José Edmar de Queiroz.

Bônus para professor

O plano também tem o apoio de Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (rede de 200 instituições de defesa da educação). Ele, no entanto, vê duas falhas. A primeira é a estratégia (cada meta é sustentada por uma lista de estratégias) que estimula prefeitos e governadores a dar bônus em dinheiro aos professores das escolas que obtiverem nota alta no Ideb (indicador oficial da qualidade do ensino). Para ele, isso apenas estimula os educadores a pedir transferência das escolas ruins para as boas.

A segunda falha apontada por Cara é a estratégia que admite que os dispêndios do governo com entidades privadas sejam contabilizados nos 10% do PIB. É o caso dos programas federais que custeiam estudantes de universidades particulares, como o Fies (financiamento bancário) e o ProUni (bolsas de estudo).

— É uma contradição. A educação pública não pode ser confundida com a educação privada. Os 10% do PIB deveriam ser aplicados exclusivamente no setor público, que é o que realmente precisa de dinheiro — argumenta ele.

Ao PNE, porém, faltou um dispositivo importante: o que estabelecerá como a meta do PIB seria repartida entre o governo federal, os estados e os municípios. Atualmente, a fatia grande (80%) é bancada pelos governadores e prefeitos. A União custeia o pedaço menor (20%). Diz o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), um dos relatores do projeto do PNE:

— Agora é preciso buscar a regulamentação [da meta de 10% do PIB]. De qualquer forma, já está claro que o esforço maior terá de ser feito pela União. Também foram relatores da proposta no Senado José Pimentel (PT-CE) e Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Punição



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Da mesma forma, o senador Cristovam Buarque (PTB-DF) faz críticas. Ele crê que o PNE será inexecutável se não for explicitada a fonte do dinheiro que permitirá aos investimentos chegar aos almejados 10%:

— O governo vai parar de fazer estradas? Vai acabar com a isenção de impostos para a compra de automóveis? Vai suspender a publicidade oficial? Vai criar um imposto? Vai emitir bônus do Tesouro? Os deputados e senadores não quiseram tocar nisso porque mexeriam com interesses.

O PNE anterior expirou em 2010 e a maioria das metas não foi cumprida, como a erradicação do analfabetismo — essa meta teve de ser repetida no novo plano. Para evitar que o PNE atual vire letra morta, advertem especialistas em educação, é necessário haver punições para os governantes que falharem. O PNE não traz penas, mas insta o Congresso a aprovar até 2015 uma Lei de Responsabilidade Educacional — esta, sim, prevendo punições para os maus gestores públicos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 06/08/2014
Assunto: PNE		Página: Online



OPINIÃO: SUCESSO DO PNE DEPENDE DA VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES E DA UNIÃO ENTRE ENTES FEDERATIVOS E SOCIEDADE

"Para o PNE decolar, é preciso apoio e articulação dos entes federativos, contando com a participação das ONGs e da sociedade civil para acompanhar as metas e cobrá-las", afirma Francisca Paris

Fonte: Gazeta do Povo (PR)

Após quase quatro anos de tramitação no Congresso Nacional, foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff, no fim de junho, o Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE estabelece 20 metas para serem cumpridas até 2020, referentes à educação infantil, ao ensino superior, à gestão e ao financiamento do setor e à formação dos profissionais, entre outras áreas. Era para o plano ser exequível em dez anos, mas, como ele foi aprovado com um atraso de quatro anos, sua implantação terá de ser acelerada.

Precisamos de uma bússola para direcionar o caminho que devemos seguir. Para isso é importante contarmos com as leis, que servem ou para normatizar as ações morais habituais da sociedade ou como disparadoras de procedimentos morais e éticos. Penso que o PNE é uma lei que vem atender a duas frentes: responder a uma necessidade social e impulsionar mudanças. Mas é claro que, para o PNE decolar, é preciso apoio e articulação dos entes federativos, contando com a participação das ONGs e da sociedade civil para acompanhar as metas e cobrá-las. No último PNE, apenas 35% delas foram seguidas.

O plano prevê a erradicação do analfabetismo, a universalização da educação infantil, dos ensinos fundamental e médio, a ampliação da oferta em creches para atender ao menos metade das crianças de até 3 anos, a adequação de 50% das escolas públicas para oferecer educação em tempo integral, o aumento da escolaridade média mínima para 12 anos de estudo e a formação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Entre essas metas, gosto muito da que visa alfabetizar todas as crianças ao fim do terceiro ano. Assim, vamos sair da alfabetização de decodificação de letrinhas para o real uso social da escrita!

O texto traz várias metas que pretendem alterar a realidade das escolas a fim de qualificar o atendimento, principalmente no ensino básico. Todas são claras, possíveis



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

e tangíveis desde que haja políticas públicas consistentes e contínuas e investimento na formação e valorização do quadro de professores. Um dos grandes desafios certamente será garantir a destinação anual de pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, em vez dos atuais 6,4%.

Entre as questões centrais do PNE estão a formação, a remuneração e os planos de carreira dos professores, essenciais para o cumprimento das demais metas. Por essa razão, o texto determina que até o sexto ano de vigência do PNE o salário dos professores da educação básica seja equiparado ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente. De acordo com um levantamento feito pelo Movimento Todos pela Educação, será necessário aumentar os salários em 50% para chegar à média de R\$ 3,6 mil mensais.

A meu ver, a questão da valorização do magistério é essencial para que os professores possam realizar suas tarefas com dignidade. É evidente que apenas oferecer um salário maior não irá comprometê-los nem qualificá-los, mas é imprescindível que haja políticas de ampliação das remunerações. Afinal, por que um professor pode valer menos que seus demais colegas profissionais de outras áreas?

O plano também objetiva que 50% dos professores da educação básica sejam formados em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, além de propiciar a garantia de formação continuada a todos. Segundo o mesmo levantamento feito pela entidade, até 2012 29% dos professores eram pós-graduados. Outros 21,9% nem sequer completaram o ensino superior. Tal meta é muito significativa, uma vez que um dos problemas fundamentais da educação básica está diretamente relacionado à formação dos professores. Apesar de toda a tecnologia, eles ainda são os ativadores dos processos de aprendizagem. Privados da educação continuada, eles acabam enfrentando, solitariamente, situações complexas de ensino e aprendizagem, bem como de gestão de sala de aula e de conflitos, sem ter ferramentas teóricas e práticas que lhes proporcionem condições de intervenções eficazes.

Saber como os alunos aprendem, criar situações de aprendizagem, saber avaliar os estudantes por meio de instrumentos corretos e mobilizar o grupo em prol de um projeto educacional coletivo não são tarefas fáceis. Mas o objetivo de assegurar o ensino básico a todos não pode sacrificar a qualidade em função da quantidade. Por essa razão, as atividades pedagógicas precisam ser realizadas por profissionais bem formados, que não podem ser substituídos por pessoas que tenham apenas boa vontade de ensinar, por mais bem-intencionadas que sejam.

Entre as metas, também acho muito importante a que se refere à gestão democrática. Isso porque um dos problemas que temos hoje é que na maioria das vezes os diretores de escolas públicas são escolhidos por meio de indicações políticas ou são concursados. Os dois processos não atendem a uma gestão democrática. O primeiro não é bom porque faz o gestor trabalhar pelo interesse político de quem o indicou, e não necessariamente pensar na melhor solução para a sociedade. Já o segundo, por não correr o risco de perder o cargo, tende a acomodar-se e não buscar melhores soluções. Ambos não têm como foco a melhoria da educação, e, com esses modelos, os



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

conselhos de classe e de escola, assim como os grêmios estudantis, têm pouca força, porque o diretor é o patrão.

Eu acredito que a realidade da escola pode ser mudada se, sobretudo, as metas propostas estiverem apoiadas na confiança, na ação e no empenho dos professores. Se eles não acreditarem na força e na seriedade das políticas educacionais e não as efetivarem no contexto das escolas, o Plano Nacional de Educação será apenas mais um plano bem-intencionado, porém ineficaz. Deve existir um projeto social e político que aponte, por meio de ações concretas, o desejo de se transformar significativamente as metodologias e os conceitos que hoje determinam o fazer escolar.

*Francisca Paris, pedagoga, mestre em Educação e diretora de Serviços Educacionais da Saraiva



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 06/08/2014
Assunto: PNE		Página: Online



Recém-aprovado, PNE traz otimismo e dúvidas

Os adolescentes brasileiros são um fiasco na escola. Na última edição do Pisa (exame que mede o conhecimento de alunos de 15 e 16 anos), o Brasil ocupou o 59.º lugar em ciências, o 58.º em matemática e o 55.º em leitura, entre 65 países. Dos adultos, segundo o IBGE, em torno de 9% não sabem ler nem escrever. Há estados onde o índice passa dos 20%. A título de comparação, o analfabetismo na Argentina e no Chile fica na casa dos 2%. No ranking mundial de universidades elaborado pela consultoria britânica QS, só uma brasileira (a Universidade de São Paulo) figura entre as 200 melhores, ante seis da Coreia do Sul e cinco da ilha de Hong Kong.

Entre tantos números ruins, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) surge como uma esperança. Trata-se de uma lei com 20 metas concretas que terão de ser atingidas ao cabo de uma década, até 2024. O trabalho precisa ser dividido entre o governo federal, os estados e os municípios.

O PNE mexe em toda a educação nacional, da creche à pós-graduação, e chega a afetar até a rede privada. Sendo seguido à risca, 25% dos alunos das escolas públicas terão aulas em tempo integral (durante dois turnos), 50% das crianças de 3 anos frequentarão a creche, 50% dos professores da educação básica serão pós-graduados e 100% dos adultos estarão alfabetizados, para citar apenas alguns exemplos.

O PNE (Lei 13.005/2014) foi assinado pela presidente Dilma Rousseff em junho. Poucas leis foram tão intensamente discutidas. O governo ouviu as sugestões da sociedade, elaborou o anteprojeto e, no final de 2010, o remeteu ao Congresso Nacional. Os senadores e os deputados passaram mais de três anos debatendo nas comissões, ouvindo especialistas em audiências públicas, fazendo negociações e propondo mudanças no projeto de lei.

De maneira geral, o PNE agradou aos ativistas da educação. O ponto mais festejado do plano decenal é o que prevê que o governo federal, os estados e os municípios terão de aplicar juntos em educação, anualmente, 10% do produto interno bruto (PIB) a partir de 2024. Hoje, são 5,3% — ou 6,4%, se forem incluídos os aportes oficiais ao ensino privado. Para evitar que os governantes adiem essa providência e deixem tudo a cargo dos mandatários de 2024, o PNE prevê uma meta intermediária, de 7% do PIB, a ser atingida em 2019.

"Debate-se muito se o problema da educação pública é falta de dinheiro ou má gestão. É claro que existem problemas graves de gestão, mas também é verdade que os recursos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

financeiros são insuficientes. Os 10% do PIB são a meta decisiva do PNE. É ela que permitirá o cumprimento de todas as outras 19 metas", explica o consultor legislativo do Senado José Edmar de Queiroz.

O plano também tem o apoio de Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (rede de 200 instituições de defesa da educação). Ele, no entanto, vê duas falhas. A primeira é a estratégia (cada meta é sustentada por uma lista de estratégias) que estimula prefeitos e governadores a dar bônus em dinheiro aos professores das escolas que obtiverem nota alta no Ideb (indicador oficial da qualidade do ensino). Para ele, isso apenas estimula os educadores a pedir transferência das escolas ruins para as boas.

A segunda falha apontada por Cara é a estratégia que admite que os dispêndios do governo com entidades privadas sejam contabilizados nos 10% do PIB. É o caso dos programas federais que custeiam estudantes de universidades particulares, como o Fies (financiamento bancário) e o ProUni (bolsas de estudo).

"É uma contradição. A educação pública não pode ser confundida com a educação privada. Os 10% do PIB deveriam ser aplicados exclusivamente no setor público, que é o que realmente precisa de dinheiro", argumenta ele.

Ao PNE, porém, faltou um dispositivo importante: o que estabelecerá como a meta do PIB seria repartida entre o governo federal, os estados e os municípios. Atualmente, a fatia grande (80%) é bancada pelos governadores e prefeitos. A União custeia o pedaço menor (20%). Diz o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), um dos relatores do projeto do PNE: "Agora é preciso buscar a regulamentação [da meta de 10% do PIB]. De qualquer forma, já está claro que o esforço maior terá de ser feito pela União". Também foram relatores da proposta no Senado José Pimentel (PT-CE) e Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Da mesma forma, o senador Cristovam Buarque (PTB-DF) faz críticas. Ele crê que o PNE será inexecutável se não for explicitada a fonte do dinheiro que permitirá aos investimentos chegar aos almejados 10%:

"O governo vai parar de fazer estradas? Vai acabar com a isenção de impostos para a compra de automóveis? Vai suspender a publicidade oficial? Vai criar um imposto? Vai emitir bônus do Tesouro? Os deputados e senadores não quiseram tocar nisso porque mexeriam com interesses".

O PNE anterior expirou em 2010 e a maioria das metas não foi cumprida, como a erradicação do analfabetismo — essa meta teve de ser repetida no novo plano. Para evitar que o PNE atual vire letra morta, advertem especialistas em educação, é necessário haver punições para os governantes que falharem. O PNE não traz penas, mas insta o Congresso a aprovar até 2015 uma Lei de Responsabilidade Educacional — esta, sim, prevendo punições para os maus gestores públicos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 06/08/2014
Assunto: Mais Educação		Página: Online



Prorrogado mais uma vez cadastramento no Mais Educação

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou mais uma vez o prazo para cadastramento de escolas públicas no Programa Mais Educação. O prazo, que terminaria ontem (4), foi estendido até o dia 30. A liberação de recursos financeiros é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e a adesão deve ser feita pela internet, no PDDE Interativo.

A jornada da educação integral deve ser, no mínimo, de sete horas diárias ou 35 horas semanais. Durante o período em que estão na escola, os estudantes recebem três refeições.

As escolas escolhem até cinco atividades nos macrocampos do programa, entre eles o de acompanhamento pedagógico (obrigatório), educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Pelo Mais Educação, as escolas são selecionadas com base em critérios como baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), grande número de estudantes de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família e localização em regiões de vulnerabilidade social.

Segundo o MEC, ao oferecer educação integral ou jornada ampliada, as redes públicas de ensino contribuem para qualificar a aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens, reduzir a repetência e também a evasão escolar. Atualmente, 49 mil escolas participam do programa, e a meta é chegar a 60 mil.

A oferta de educação integral está também no Plano Nacional de Educação, que estabelece metas para o setor nos próximos dez anos. Segundo o plano, a educação integral, que atualmente chega a aproximadamente 30% das escolas públicas, deve atingir 50%, pelo menos. Além do programa federal, alguns estados e municípios oferecem os próprios programas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 06/08/2014
Assunto: PNE		Página: Online



MEC lança portal do Plano Nacional de Educação (PNE)

O Ministério da Educação (MEC) lançou ontem (4) o portal do Plano Nacional de Educação (PNE), Planejando a Próxima Década, que vai servir de apoio para gestores públicos na elaboração dos planos estaduais e municipais. Nele será possível consultar dados dos municípios e estados, e acessar sugestões personalizadas de trajetórias para o cumprimento das metas.

Para o ministro da Educação, Henrique Paim, os planos têm que ser construídos a partir da pactuação e do trabalho integrado. "A pactuação [deve ser] entre União, estados e municípios na construção do plano e no cumprimento das metas. E também esse trabalho em rede, envolvendo todos os colaboradores com orientação técnica."

O PNE estabelece 20 metas para a educação a serem cumpridas nos próximos dez anos, até 2024. Entre as diretrizes estão a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar. Além de se adequar às metas e estratégias do plano nacional, os municípios e estados terão que indicar ações para o cumprimento de cada uma delas. Prontos, os planos terão ainda que ser aprovados pelas câmaras municipais e assembleias legislativas dos estados. O prazo para que isso seja feito é 25 de julho de 2015, um ano após a publicação da lei do PNE.

"O PNE é abrangente e expressa a visão sistêmica da educação, ou seja, temos que trabalhar a melhoria na educação, da creche à pós-graduação, e esse esforço está expresso nas 20 metas. Ele tem um compromisso muito grande com o acesso e qualidade e também uma preocupação em reduzir as desigualdades educacionais que o Brasil tem", disse o ministro Paim.

Além de subsídios técnicos, o portal Planejando a Próxima Década também é uma ferramenta para que a sociedade acompanhe a situação de estados e municípios em relação à meta nacional.

Para o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina, a educação é algo de interesse do conjunto da sociedade. "Educação, ciência e tecnologia são os instrumentos centrais no projeto de desenvolvimento, que seja capaz de combinar crescimento econômico, justiça social, redução das desigualdades regionais e mais que tudo isso, melhora a posição relativa do Brasil no contexto internacional, porque precisamos ter voz, precisamos ser capazes de contribuir na construção de sociedades mais justas e igualitárias, com menos conflitos."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O ministro, que foi reitor e é professor da Universidade Federal de Minas Gerais, defendeu a educação básica - que engloba educação infantil e os ensinos fundamental e médio. "A educação básica vai dar condições de justiça social, consciência política, cidadania, para que possamos ter uma sociedade mais justa, homogênea e com menos desigualdade", disse Campolina.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 06/08/2014
Assunto: Bibliotecas		Página: Online



Dados da Prova Brasil mostram que interesse pela biblioteca da escola cai à medida que séries avançam

Dados da Prova Brasil 2011 mostra que, à medida que as séries avançam, diminui o interesse dos estudantes pela biblioteca das escolas. Esses são os dados mais recentes, divulgados esta semana.

Os registros da prova mostram que 57,4% dos alunos do 5.º ano do ensino fundamental da rede pública utilizaram as bibliotecas e salas de leitura sempre ou quase sempre. Entre os alunos do 9.º ano, esse percentual caiu para 29,9%.

Os dados foram disponibilizados pelo movimento Todos pela Educação e podem ser acessados no site do Observatório do PNE [Plano Nacional de Educação]. Foram levados em consideração os questionários aplicados em escolas que ofereciam bibliotecas e salas de leitura à época, equivalentes a 37,9% dos 156.164 estabelecimentos públicos de ensino básico.

Os dados mostram também que entre os alunos do 5.º ano, 24,1%, frequentavam esses espaços de vez em quando, e 18,5% o faziam nunca, ou quase nunca. Entre os alunos do 9º ano, esses percentuais aumentaram, respectivamente, para 35% e 35,1%.

"Infelizmente, a gente conclui, com esses dados, que o incentivo à leitura vai caindo ao longo dos anos, e isso é muito ruim", diz o gerente de Conteúdo do movimento Todos pela Educação e um dos coordenadores do Observatório do PNE, Ricardo Falzetta. Os motivos para essa redução variam, segundo ele, a começar pela falta de espaços de leitura adequados, carência de acervo diversificado e ausência de profissionais qualificados para atender os alunos.

O levantamento mostra que 83,9% das bibliotecas e salas de leitura das escolas consideradas no levantamento tinham acervo diversificado, 14,2% tinham brinquedoteca, havia espaços para estudo coletivo em 56,4% delas e 75,8% dos espaços estavam instalados em lugares arejados e bem iluminados. Além disso, 78% das bibliotecas ou salas de leitura contavam com profissional responsável pelo atendimento aos alunos.

Outro fator apontado por Falzetta é o grande volume de conteúdo passado aos alunos dos anos finais do ensino fundamental e médio. "A questão do currículo, o volume de informações e pontos a serem cumpridos são meio absurdos, é uma quantidade muito grande, falta tempo para fazer uma leitura literária que, de fato, precisa de tempo", segundo ele.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Estudante do 9.º ano, Nathália, de 14 anos, é uma das que sofrem com a falta de tempo. "Eu gosto muito de ler. Quando era menor, lia mais. Hoje tenho mais deveres, mais cursos", diz. Nathália é aluna do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo, em São Sebastião, no Distrito Federal, que dispõe de biblioteca e tem um projeto para incentivar o uso do espaço.

A escola tinha uma espécie de depósito de livros, que em 2011 foi reformado. Segundo o vice-diretor, Pedro Romildo Pinheiro, os professores levam os alunos para a biblioteca e sugerem livros. Tanto os estudantes quanto a comunidade podem fazer cadastro no local e alugar as obras. "Percebo uma queda de leitura, mesmo com o incentivo. Os alunos do 6.º ano leem mais que os do 9.º. Isso vai diminuindo porque aparecem outros incentivos, como celulares, internet, TV, que afastam os alunos dos livros", acredita o vice-diretor.

A diretora de Educação e Cultura da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Ecofuturo, Christine Fontelles, explica que em um primeiro momento de promoção da leitura nas escolas a criança tem contato com textos literários e, pouco a pouco, isso vai se perdendo quando chega aos anos finais do ensino fundamental - 6º ao 9º ano - e no ensino médio, quando se passa a oferecer ao jovem uma leitura funcional, de modo a que a literatura é pouca e sempre atrelada a tarefas.

Christine ressalta que a leitura é necessária para auxiliar na construção de pensamentos, na inovação e expansão de vocabulário. Segundo ela, a ausência de bibliotecas e espaços de leitura na maior parte das escolas públicas é preocupante, até mesmo porque, segundo o Instituto Pró-Livro, 64% das pessoas que vão a bibliotecas frequentam bibliotecas escolares. Nas escolas em que há esses espaços, há problemas de uso. "Há uma ausência de consciência de que é preciso educar para a leitura", acrescenta.

O Plano Nacional de Educação estabelece a biblioteca como um dos itens de infraestrutura adequada que devem existir em todas as escolas públicas de educação básica até o fim da vigência da lei, que é de dez anos. Além disso, em 2010 foi aprovada a Lei 12.244, que estabelece a obrigatoriedade de pelo menos um livro por aluno em cada instituição de ensino, tanto de redes públicas como privadas.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia ligada ao Ministério da Educação, diz que o Programa Nacional Biblioteca da Escola oferece livros voltados para cada etapa de ensino a todas as escolas públicas. "O objetivo é oferecer livros de qualidade", explica Sonia Schwartz, do FNDE. Segundo ela, os livros chegam inclusive onde não há bibliotecas ou salas de leitura. Em 2013, quando foi feita a compra para os anos finais do ensino fundamental, foram adquiridos 10,2 milhões de exemplares por R\$ 74 milhões, e os livros distribuídos ao longo do ano para as escolas, em todo o país.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina

Editoria: Moacir Pereira

Data: 06/08/2014

Assunto: Educação

Página: 08

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Educação

Mais de 500 professores participam nesta semana do III Seminário Catarinense de Educação Integral, que será realizado em Itajaí e promovido pelo Comitê Estadual de Educação Integral e secretarias de Educação

municipal e estadual. O evento irá abordar o programa Mais Educação no Estado e também contará com palestras, conferências e mesas redondas. O seminário começa na quinta-feira, a partir das 8h.

PREFEITURA DE ITAJAÍ, DIVULGAÇÃO

